

Concepções e práticas sobre uma sociedade ideal: uma análise sobre Representações Sociais

Conceptions and practices about an ideal society: an analysis of Social Representations

Concepciones y prácticas sobre una sociedad ideal: un análisis de las Representaciones Sociales

*Pollyana de Lucena Moreira**

*Júlio Rique***

*Luciana Maria Maia****

*Cleonice Pereira dos Santos Camino*****

Resumo

As representações sociais consistem em princípios organizadores do pensamento social e, portanto, compreendem o conhecimento construído e compartilhado nas interações sociais. Este conhecimento possibilita a construção de posicionamentos e julgamentos direcionados a fatos sociais. A partir desta perspectiva, o objetivo da presente pesquisa foi conhecer as representações sociais de brasileiros sobre a sociedade ideal e sobre as ações a nível individual e governamental que esse grupo acreditam ser necessárias para a construção dessa sociedade. Os resultados indicaram que o posicionamento ideológico dos participantes se caracterizou, sobretudo, a partir da presença de valores

* Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3783-0924>. E-mail: pollyanadelucena@gmail.com

** Universidade Federal da Paraíba, PB, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-7383-5111>. E-mail: julio.rique@hotmail.com

*** Universidade de Fortaleza, CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1491-5685>. E-mail: lumariamaria@hotmail.com

**** Universidade Federal da Paraíba, PB, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5756-7214>. E-mail: cleocamino@yahoo.com.br

igualitários, e que estes valores foram o ponto de ancoragem das representações sociais sobre a sociedade ideal e sobre as ações necessárias para obtê-la.

Palavras-chave: *Representações Sociais; Sociedade Ideal; Ideologia.*

Abstract

Social representations consist of organizing principles of social thinking and, therefore, comprise knowledge constructed and shared in social interactions. This knowledge enables the construction of positions and judgments directed to social facts. From this perspective, the objective of this research was to know the social representations of Brazilians about the ideal society and about the actions at individual and governmental level that this group believe are necessary for the construction of this society. The results indicated that the ideological positioning of the participants was characterized, above all, by the presence of egalitarian values and that these values were the anchor point of social representations about the ideal society and about the actions necessary to obtain it.

Keywords: *Social Representations; Ideal society; Ideology.*

Resumen

Las representaciones sociales consisten en principios ordenadores del pensamiento social, y por lo tanto, comprenden el conocimiento construido y compartido en las interacciones sociales. Este conocimiento torna posible la construcción de posiciones y juicios direccionados a hechos sociales. Desde esta perspectiva, el objetivo de esta investigación fue conocer las representaciones sociales de brasileños acerca de la sociedad ideal y que acciones, a nivel individual y gubernamental, estos individuos piensan que pueden contribuir para la construcción de esta sociedad. Se verificó que el posicionamiento ideológico de los participantes se caracteriza sobre todo por la presencia de valores igualitarios y que estos valores fueron el punto de encorajen de las representaciones acerca de la sociedad ideal de las acciones necesarias para obtenerla.

Palabras clave: *Representaciones sociales; Sociedad Ideal; Ideología.*

Entre os anos de 2013 e 2016 o Brasil foi marcado por um contexto político de protestos, que reclamavam uma melhor qualidade dos serviços básicos oferecidos à população e uma necessidade de estruturar a sociedade a partir da noção de justiça e do combate à corrupção (Muylaert, Vian, & Silva, 2016). Entretanto, as pautas das reivindicações das manifestações de 2013, pareciam não ser coerentes com as reestruturações legislativas que marcaram um projeto político pouco dedicado à defesa dos grupos que mais necessitam de políticas igualitárias, a exemplo da aprovação, em 2018, da Emenda Constitucional 95.2016, referente ao novo Regime Fiscal; da aprovação da Reforma Trabalhista por meio da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019 (PEC 6/2019), referente à Reforma da Previdência. De acordo com Krein (2018), estas mudanças na legislação implicam na perda de direitos conquistados ao longo dos últimos 50 anos como o direito a férias remuneradas, à licença maternidade, ao recebimento do seguro-desemprego, em caso de demissão, e aumento da idade mínima para requerer aposentadoria. Nesse sentido, frente a essa aparente contradição entre as reivindicações sociais e as mudanças alcançadas, questiona-se sobre como brasileiros pensam a organização de uma sociedade ideal, e que ações eles acreditam que deveriam ser empregadas para atingi-la.

As reflexões sobre a sociedade, que favorecem diferentes formas de ação política, estão pautadas nas noções de igualdade, respeito aos direitos e promoção da justiça social (Bobbio, 2004; Camino, Camino, Pereira & Paz, 2004; Doise, Staerklé, Clemence & Savory, 1998; Pereira & Camino, 2003). Essas reflexões representam, portanto, uma forma de exercício da cidadania, uma vez que refletir sobre as condições e problemas sociais implica em exercer a responsabilidade social sobre o contexto no qual se vive (Amnã, 2012; Haste & Hogan, 2006; Rique, Lima, Nóbrega, Andrade & Alencar, 2009).

O exercício da cidadania, enquanto uma forma de expressão do interesse e do envolvimento com situações políticas (Borgida, Frederico & Sullivan, 2009), pode envolver não apenas a relação entre indivíduo e

sociedade, mas também as relações interpessoais a partir da preocupação com elementos como a solidariedade, humildade e ajuda (Fagundes, Zanella & Torres, 2012).

De acordo com Dagnino (2004) essa forma de compreensão da cidadania, que não envolve exclusivamente a participação institucional, pode ser interpretada como um efeito da expansão da democracia, que favoreceu uma maior participação da sociedade nos assuntos públicos e no processo de tomada de decisão. Apesar de Dagnino (2004) criticar essa atualização no conceito de cidadania, por considerar seu direcionamento para um viés mais moral e menos político das relações sociais, defende-se a pertinência dessa atualização para o avanço social, uma vez que moral e política são dimensões interligadas das relações sociais (Kohlberg, 1984; Piaget, 1965).

Desse modo, assume-se que as reflexões sobre a sociedade implicam não apenas numa avaliação social, mas também numa avaliação moral sobre a forma como as pessoas percebem que estão sendo tratadas pelo governo e suas instituições, e sobre como essas instâncias devem atuar para promover a igualdade. Essa avaliação moral, que permeia as reflexões sobre a sociedade, é construída a partir dos valores que as pessoas mantêm e compartilham em suas interações sociais (Piaget, 1965; Kohlberg, 1984; Rosenberg, 1988). Assim, torna-se relevante conhecer não apenas como as pessoas pensam sobre uma sociedade ideal e quais ações poderiam ser executadas para atingi-la, mas também os valores sob os quais as pessoas acreditam que essa sociedade ideal deve estar estruturada.

Para Piaget (1965) os valores podem ser compreendidos como afetos direcionados a pessoas ou situações, construídos ao longo do desenvolvimento ontogenético e a partir das interações sociais. Ainda para esse autor, os valores são utilizados para dar suporte às avaliações ou julgamentos relacionados a diferentes situações sociais das quais as pessoas participam. A relação entre valores e reflexões sobre a sociedade foi apresentada por Doise e colaboradores por meio da Abordagem Societal das Representações Sociais, que conceitua as representações sociais enquanto princípios organizadores das relações e interações entre indivíduos e grupos (Doise, 2002; Doise & Staerklé, 2002; Doise et al., 1998; Elcheroth, Doise & Reicher, 2011).

Doise (2002) ressaltou a importância dos posicionamentos ideológicos para construção das representações sociais considerando que valores políticos (p. ex. igualdade, liberdade, solidariedade, democracia) funcionam como variáveis de ancoragem das representações sociais, uma vez que orientam as reflexões e ações das pessoas sobre a sociedade, e são responsáveis pelas diferenças individuais nos posicionamentos sobre questões sociais. Estudos realizados no contexto brasileiro destacam a importância de valores como justiça (Camino et al., 2007; Pereira & Camino, 2003; Queiroz, Camino, Feitosa, Santos & Paz, 2011; Shimizu & Menin, 2004) solidariedade, liberdade, igualdade e democracia para a construção de diferentes reflexões sobre a sociedade (Camino et al., 2007).

Elcheroth, Doise e Reicher (2011), em uma atualização da Abordagem Societal das Representações Sociais, acrescentaram que as representações sociais consistem em reflexões inerentemente políticas, uma vez que se referem ao conhecimento construído e compartilhado nas relações e interações sociais, que dá forma aos posicionamentos, julgamentos e comportamentos direcionados a um fato social e, além disso, viabilizam a compreensão do comportamento coletivo, aproximando, assim, a relação entre pensamento e ação. Nessa mesma direção Valentim (2014) ressaltou que as representações sociais consistem em um conceito útil para a compreensão dos processos de transformação social nas sociedades e comunidades. Ainda para esse autor, um projeto de mudança social depende da compreensão dos sistemas de significação em jogo, caso contrário, os esforços de transformação social fracassarão. Assim, pode-se dizer que a abordagem societal das Representações Sociais implica numa abordagem política sobre a mudança social, porque conhecer o que as pessoas pensam sobre a realidade social implica em conhecer os caminhos que elas podem seguir quando suficientemente motivadas para agir em busca de igualdade e justiça social.

Portanto, tendo em vista o contexto político brasileiro desde as manifestações civis de 2013, que evidenciaram o descontentamento com situações de desigualdade social e o repúdio à corrupção, incentivando a expressão ideológica de diferentes grupos e de pessoas com diferentes idades (Pinto, 2017; Scherer-Warren, 2014); considerando dados que confirmam

essa realidade de desigualdade no Brasil (Cerqueira et al., 2018; Georges & Maia, 2017); e considerando a abordagem societal das Representações Sociais (Doise, 2002; Doise et al. 1998), que apresenta os valores como um elemento de ancoragem das representações sociais; tem-se como objetivos conhecer as representações sociais de brasileiros sobre a sociedade ideal; que ações, a nível individual e governamental, as pessoas atribuem ao alcance dessa sociedade; e sob quais valores políticos as representações sobre a sociedade ideal são construídas.

MÉTODO

Participantes

Participaram dessa pesquisa 610 pessoas (387 mulheres e 223 homens) com idades variando de 14 a 68 anos ($M = 18,90$; $DP = 5,61$). Desse total, 310 eram estudantes de ensino médio e 300 era estudantes de ensino superior.

Instrumentos

Questionário sobre Pensamento Social. Este instrumento foi elaborado pelos dois primeiros autores deste trabalho e tem por objetivo verificar as representações sociais dos participantes sobre um tipo de sociedade ideal e sobre como atingi-la, sendo composto por cinco questões discursivas: 1. Em que tipo de sociedade você almeja viver?; 2. O que você tem feito para atingir a sociedade em que você almeja viver?; 3. Que ações você julga que deveria fazer para atingir a sociedade em que você almeja viver?; 4. O que você julga que o governo faz para atingir a sociedade em que você almeja viver? e 5. O que você julga que o governo deveria fazer para atingir a sociedade em que você almeja viver?

Escala de Simpatia Ideológica - ESI. A ESI foi elaborada por Doise, Staerklé, Clemence e Savory (1998) e tem o objetivo de verificar o posicionamento dos participantes sobre um conjunto de valores políticos ou ideias-força, são eles: Democracia, Igualdade, Poder, Tradições, Esquerda,

Direitos Humanos, Dinheiro, Direita, Solidariedade, Liberdade, Partidos Políticos e Sindicatos. O posicionamento dos participantes é avaliado a partir da indicação, em uma escala *Likert* de cinco pontos, sobre o quanto eles acreditam em cada um dos valores apresentados (0 - Não conheço esse conceito; 1 - Eu acredito muito nesse conceito; 4 - Eu não acredito de forma alguma nesse conceito). Para o presente estudo, algumas mudanças foram feitas na ESI de modo a abarcar valores que melhor se adequassem à realidade política brasileira, bem como evitar um viés partidário nas respostas dos participantes. Portanto, foram excluídas os valores Direita, Esquerda, Partidos Políticos e Sindicatos; e incluiu-se o “Perdão” enquanto valor social, devido a sua relação com julgamentos morais de justiça (Abreu, 2013).

Questionário sociodemográfico. Este instrumento foi usado com o objetivo de obter informações sociodemográficas dos participantes, como gênero, idade e nível de escolaridade.

Procedimentos

Procedimentos éticos. A pesquisa atendeu às recomendações da Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Por meio dos termos de Consentimento Livre e Esclarecido e por meio do Termo de Assentimento foram dadas aos participantes informações sobre os objetivos da pesquisa, sobre a possibilidade de desistência da participação, sobre o sigilo e anonimato das informações coletadas, e sobre o uso das informações coletadas exclusivamente para fins científicos.

Procedimentos de coleta de dados. Os dados foram coletados em ambiente coletivo de sala de aula (escola privada e universidade pública), mas respondidos individualmente em aproximadamente 30 minutos. Os dados foram coletados em período anterior à Pandemia de Covid-19 e por essa razão a coleta foi realizada de forma presencial.

Procedimentos de Análises dos dados. Para os dados coletados a partir da escala de Simpatia Ideológica e do Questionário Sociodemográfico, foram realizadas análises de estatísticas descritivas e inferenciais por meio do IBM SPSS. Para as respostas obtidas por meio do Questionário sobre o Pensamento Social, foi realizada uma análise lexical com auxílio do

software Iramuteq, para tanto, foram construídos dois *corpus* considerando a temática central das questões desse instrumento. O primeiro *corpus* foi construído com as respostas referentes à Questão 1, sobre o que pensam os participantes sobre uma sociedade ideal. O segundo *corpus* foi construído com as respostas às Questões 2, 3, 4 e 5, sobre as ações, a nível individual e a nível governamental, que os participantes pensam serem necessárias para atingir uma sociedade ideal. As linhas de comando de cada *corpus* foram compostas por informações sobre idade, gênero e nível de escolaridade dos participantes. Como forma de identificação das respostas dos participantes cada linha de comando foi iniciada com a atribuição dos números 1 ou 2. Esses números indicaram o nível de escolaridade dos participantes, sendo o número 1 atribuído para estudantes de Ensino Médio e o número 2 atribuído para os estudantes universitários. Para o primeiro *corpus* as respostas foram inseridas de forma monotemática; para o segundo *corpus* as respostas foram inseridas de forma temática, havendo uma linha de comando com indicação das respostas referentes à cada autor da ação (indivíduo ou governo), conforme recomendado por (Camargo & Justo, 2018).

RESULTADOS

Para a realização da análise lexical das respostas obtidas para a Questão 1, referente à ideia de sociedade ideal foram analisados 610 segmentos de texto, dos quais 78,9% foram utilizados para a realização da análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Por meio dessa análise, verificou-se que as respostas dos participantes sobre a sociedade ideal se organizaram em cinco classes, distribuídas em dois eixos centrais, com um deles apresentando duas subdivisões (ver Figura 1).

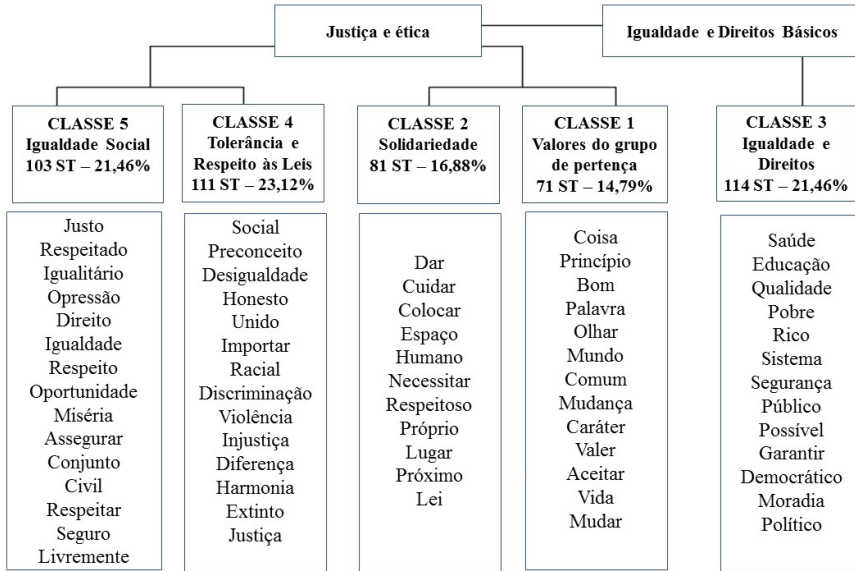


Figura 1. Dendrograma da CHD para a questão "Em que tipo de Sociedade você almeja viver?"

O primeiro eixo central do dendrograma, denominado "Justiça e Ética" foi dividido em dois eixos secundários: o primeiro eixo, composto pelas Classes 5 (Igualdade Social) e 4 (Tolerância e Respeito às Leis), foi chamado de "Justiça e Igualdade Social"; o segundo eixo secundário, denominado "Cuidado e bem-estar do grupo", foi composto pelas Classes 2 (Solidariedade) e 1 (Valores do Grupo de Pertença).

As respostas sobre a sociedade ideal apresentadas nas classes que compuseram o primeiro eixo secundário desse corpus envolveram a necessidade de promoção da igualdade nas relações interpessoais por meio do respeito à diversidade e diminuição da opressão (Classe 5: p. ex. "Numa sociedade com princípios que beneficiem toda a população; justa e que assegure direitos a seus membros; sem discriminação e onde as pessoas pesem suas ações para não prejudicar outros membros" – Participante 2017) e por meio da tolerância e do respeito às leis, considerando a necessidade de combater o preconceito e a discriminação (Classe 4: p. ex. "Em uma

sociedade livre de preconceito sem discriminação com respeito às outras pessoas pois vivemos juntos unidos seguindo as mesmas leis e regras” – Participante 1109).

As respostas que compuseram o segundo eixo referem-se a ideia de uma sociedade ideal pautada na solidariedade e no respeito aos valores do grupo de pertença (Classe 2: p. ex. “Em uma [sociedade] que respeite todos os direitos humanos e que se preocupe com cada indivíduo deixando interesses de lado. É necessário também que se cuide do espaço em que vivemos, a natureza, a terra” – Participante 1227), e no cuidado com os membros desse grupo (Classe 1: p. ex. “Numa sociedade com menos desigualdade social, onde a família seja preservada e bem cuidada, onde não haja impunidade e o ser humano seja valorizado pelo seu bom exemplo e não pelas suas propriedades.” – Participante 2152).

A Classe 3, que compôs o segundo eixo central do dendrograma, foi denominada “Igualdade e Direitos Sociais”. As respostas que compuseram essa classe indicaram o acesso a direitos sociais, como saúde, educação e segurança, como um meio de atingir a sociedade ideal. Como exemplo de respostas dessa classe, tem-se: “Em uma sociedade com qualidade de vida e que as necessidades básicas sejam atendidas, com por exemplo saúde, educação, segurança, lazer e moradia digna, sendo o estado responsável por prover soluções para estas necessidades humanas.” (Participante 2230).

Ressalta-se que na formação das classes apresentadas, as respostas de estudantes universitários foram mais representativas para a construção da Classe 5 ($f = 16$ [25,96%]; $\chi^2 = 5,53$; $p = 0,01$), não sendo verificadas diferenças quanto ao nível de escolaridade ou quanto ao gênero nas demais classes desse *corpus*.

Para a análise das ações de nível pessoal e governamental, indicadas como necessárias para atingir a sociedade ideal, foram analisados 610 segmentos de texto, divididos por tema (pessoal e governamental). Desse total, 89,44% dos segmentos de texto foram utilizados para a realização da CHD. Por meio dessa análise verificou-se a organização das respostas em seis classes, divididas em dois eixos principais, sendo cada eixo composto por dois eixos secundários (ver Figura 2).

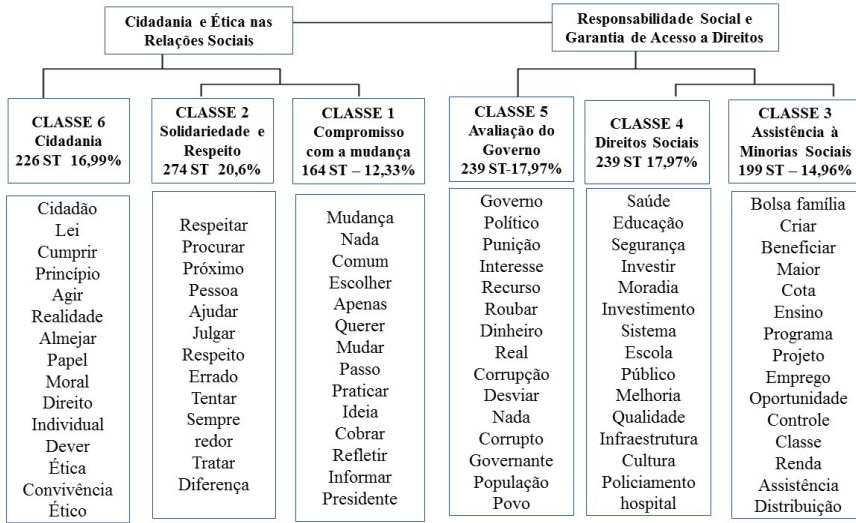


Figura 2. Dendrograma da CHD para as questões de nível pessoal e governamental necessárias para atingir a sociedade ideal

O primeiro eixo central do dendrograma agrupa as respostas referentes às ações individuais necessárias para atingir a sociedade ideal e foi denominado “Cidadania e Ética nas Relações Sociais”. Esse eixo central foi composto por dois eixos secundários: um eixo formado pela Classe 6 (Cidadania); e o outro composto pelas Classes 2 (Solidariedade e Respeito ao Indivíduo) e 1 (Comprometimento com a mudança em direção à cidadania).

As respostas presentes no primeiro eixo indicaram que as ações individuais devem ter como finalidade a promoção da igualdade e da justiça social; ideais que podem ser atingidos por meio do cumprimento das leis e da responsabilidade com os direitos e deveres (Classe 6: p. ex. “Utilizar de forma correta o voto para eleger quem me represente. E, ao conjunto geral de cidadãos, tenho sensibilizado pessoas que não têm o mesmo grau de facilidade aos acessos de informação” – Participante 2224); por meio do respeito e ajuda ao demais cidadãos (Classe 2: p. ex. “Apoiando um governo que, ao meu ver, cumpre um papel benéfico para a sociedade, principalmente para os mais necessitados. Ajudando de forma direta ou indireta os que ainda estão à margem da sociedade e procurando ter e oferecer tolerância e respeito com todos a minha volta. Tolerância com as

peças que pensam diferente e é isso que faz da sociedade um ambiente rico em vários aspectos. Tentar impor uma verdade absoluta ou convencer o próximo que você está mais certo não é o caminho que se deve seguir” – Participante 1259); e por meio de mudanças nas ações individuais que podem influenciar o grupo (Classe 1: p. ex. “Procuro me conscientizar ao máximo, deixar minha ignorância de lado e adquirir conhecimento plausível que possa gerar mudanças coerentes. Deveria ir mais às ruas, estudar mais, conscientizar o maior número possível de pessoas sobre problemas que assolam a humanidade” – Participante 2095).

O segundo eixo central, denominado “Responsabilidade Social e Garantia de Acesso a Direitos” agrupou as respostas que fazem referência às ações do governo necessárias para atingir a sociedade ideal. Esse eixo central foi composto por dois eixos secundários: um formado pela Classe 5 (Avaliação do Governo) e outro composto pelas Classes 4 (Direitos Sociais) e 3 (Assistência a Grupos Minoritários).

As respostas presentes nesse eixo indicaram que as ações do governo devem estar voltadas para a fiscalização das ações dos políticos e para a aplicação de punição para os casos de corrupção (Classe 5: p. ex. “Redistribuir a renda e educar as classes menos favorecidas, embora esta última ainda seja tímida. Moralizar a administração pública, coibir a corrupção que o setor privado promove e limitar os ganhos excessivos dos bancos e outras instituições capitalistas.” – Participante 2138); para a garantia de direitos sociais básicos como educação, saúde e segurança (Classe 4: p. ex. “Investimentos que possam fomentar mudanças significativas, como na educação. Maior alocação dos recursos e empreendimentos que estimulem a educação, desde a base, e medidas para melhor distribuição de renda, como reforma no sistema tributário e reforma agrária” – Participante 2095); e para a assistência a grupos minoritários como homossexuais, mulheres e idosos (Classe 3: p. ex. “O governo ajuda aqueles mais desfavorecidos a terem a mesma oportunidade que as pessoas de uma classe mais alta, como por exemplo as cotas oferecidas pelo governo na universidade. O governo deveria investir mais em educação pública” – Participante 1262).

Ressalta-se que as respostas de estudantes do ensino médio foram mais representativas para a construção da Classe 2 ($f = 222$ [23,12%]; $\chi^2 = 5,39$; $p = 0,02$), não sendo verificadas outras diferenças quanto ao nível de escolaridade ou quanto ao gênero para as demais classes desse *corpus*.

Com o objetivo de conhecer a organização estrutural dos valores apresentados na Escala de Simpatia Ideológica, enquanto elementos de ancoragem das Representações Sociais investigadas, foi realizada uma análise fatorial exploratória (KMO = 0,794; Bartlett $\chi^2_{(28)} = 1297,292$; $p < 0,001$). Por meio desta análise, verificou-se a existência de uma estrutura bifatorial, que explicou 56,62% da variância dessa escala (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Estrutura fatorial da escala de Simpatia Ideológica

Itens	Cargas Fatoriais	
	Fator 1	Fator 2
Fator 1: Valores Iguaisitários		
Liberdade	0,783	0,026
Solidariedade	0,750	0,025
Perdão	0,670	0,060
Igualdade	0,645	-0,178
Direitos Humanos	0,590	0,002
Democracia	0,483	-0,015
Fator 2: Valores Individualistas		
Dinheiro	-0,043	0,741
Poder	0,017	0,465
Variância explicada	39,39%	17,23%
Alfa de Cronbach = 0,706	0,813	0,522

O primeiro fator, denominado “Valores Iguaisitários”, foi responsável por explicar 39,40% da variância total da escala. Esse fator foi composto pelos itens Liberdade, Solidariedade, Perdão, Igualdade, Direitos Humanos e Democracia. O segundo fator, denominado “Valores Individualistas”, foi responsável por explicar 17,23% da variância total da escala, e foi composto pelos itens Poder e Dinheiro. Por meio de um Teste-*t* para amostras emparelhadas verificou-se que a média do Fator I ($M = 4,30$; $DP = 0,61$; $t_{(609)} = 16,469$; $p < .001$; $d = 0,95$) foi superior e significativamente diferente da média verificada para o Fator II ($M = 3,67$; $DP = 0,70$). Esse resultado indicou a existência de uma maior adesão dos participantes a valores iguaisitários do que a valores individualistas.

DISCUSSÃO

Os resultados desse estudo indicaram que as representações sociais sobre a sociedade ideal estão pautadas na concepção de igualdade e direitos sociais, e que estas representações sociais estão ancoradas em um posicionamento ideológico igualitário, mais do que em um posicionamento ideológico individualista. A verificação dos dois fatores mencionados corrobora os resultados encontrados por Doise et al. (1998) e por Camino et al. (2007). Contudo, ressalta-se que, apesar da similaridade estrutural nos fatores encontrados, esses autores utilizaram apenas estudantes universitários em seus estudos.

Os resultados obtidos a partir da análise de Classificação Hierárquica Descendente, sobre como as pessoas pensam uma sociedade ideal, indicaram que as representações sobre essa sociedade estiveram ancoradas em valores igualitários. A ênfase dada a esses valores como uma meta da sociedade ideal reflete a consciência das pessoas sobre as situações de desigualdade social no Brasil, considerando esse cenário como um problema a ser resolvido.

Autores da psicologia do desenvolvimento (Kohlberg, 1984; Piaget, 1994) e da psicologia social (Kruger, 2011) apresentam a igualdade como o princípio central da noção de justiça. Enquanto uma construção cognitiva e um valor social, a igualdade representa ainda a premissa de algumas ideologias contemporâneas (Moreira & Rique, 2019), sendo utilizada como base para a reflexão e avaliação de situações sociais distintas, a exemplo do modo como as relações intergrupais são estruturadas e da percepção sobre o acesso que as pessoas têm a serviços sociais básicos (educação, saúde, moradia e segurança). Essa concepção referente à qualidade das relações intergrupais envolve a necessidade de respeito à diversidade enquanto uma forma de promover a igualdade entre diferentes grupos sociais; e a necessidade de atendimento às normas sociais e à lei enquanto formas de cumprir os requisitos mínimos para se atingir uma sociedade igualitária.

No que diz respeito à organização das classes a partir da divisão nos eixos, verificou-se, para o eixo principal Justiça e Ética, que a igualdade foi apresentada de forma abstrata e considerando aqueles que têm

responsabilidade sobre sua aplicação e sua finalidade, sendo verificada uma diferença quanto ao nível de tomada de perspectiva social (Selman, 1971) dos participantes nessas atribuições. Alguns participantes apresentaram uma perspectiva mais societal da noção de igualdade, envolvendo a aplicação desse valor enquanto uma responsabilidade individual, e considerando a necessidade de respeito à diversidade com a finalidade de favorecer uma diminuição de situações de opressão, preconceito e discriminação sofridas por diferentes grupos sociais; outros participantes apresentaram uma perspectiva mais grupal da noção de igualdade, envolvendo a representação desse valor enquanto uma meta direcionada aos grupos de pertença, e sendo expressa na prática da solidariedade entre os membros do mesmo grupo.

No que diz respeito às ações a nível individual e governamental, indicadas como necessárias para se atingir a sociedade ideal, verificou-se um foco no cumprimento de leis, na prática da solidariedade e nas mudanças (individuais e institucionais) necessárias para atingir a igualdade. Essa valorização da igualdade corrobora a concepção de cidadania apresentada por Amnã (2012), Fagundes, Zanella e Torres (2012), Haste e Hogan (2006), Haste (2004) e Rique, Lima, Nóbrega, Andrade e Alencar (2009), que foca no envolvimento e no compromisso das pessoas com a relação entre direitos e deveres, tanto a nível interpessoal como a nível institucional. As representações referentes às ações a nível individual e governamental refletem ainda uma preocupação com o bem-estar dos demais membros da sociedade, fortalecendo a ideia de cidadania como um elemento da esfera moral e política das relações sociais (Haste & Hogan, 2006; Kohlberg, 1984; Oliveira, 2006; Piaget, 1965; Sen, 2011), ainda que essa preocupação envolva, em alguns casos, o bem-estar dos membros do próprio grupo.

As concepções sobre cumprimento das leis, sobre a prática da solidariedade e sobre as mudanças necessárias para se atingir a sociedade, no que diz respeito às ações a nível governamental, foram construídas a partir de um posicionamento crítico dos participantes sobre as ações do governo e sobre a necessidade do Estado se implicar na garantia de direitos sociais básicos. Verificou-se ainda que as representações sobre as ações do governo possuem uma conotação negativa, permeada pela percepção de que o governo é corrupto e que não cumpre com as leis que ele mesmo cria

e deveria regular. Essas críticas seguem a direção apontada por Camino, Camino, Pereira e Paz (2004) e Pereira e Camino (2003), que verificaram em suas pesquisas que os participantes consideravam que o governo faz pouco para a promoção dos Direitos Humanos, sobretudo no que diz respeito à defesa e promoção da igualdade.

De um modo geral, as respostas verificadas para as ações a nível individual e governamental indicaram que a igualdade pode ser atingida com mudanças na forma de pensar e agir das pessoas, seja enquanto indivíduos ou enquanto cidadãos, e com o desenvolvimento de políticas públicas que proporcionem as condições de vida adequadas para que todas as pessoas possam ter acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento humano e social. Assim, o desrespeito ao princípio da igualdade, por meio da violação de direitos ou de sua não garantia, pode estar sendo percebido como um fator que potencializa as desigualdades sociais, como mencionado por Cerqueira et al., (2018) e Georges e Maia (2017).

A partir das respostas sobre as ações a nível individual, considerando a defesa da igualdade como estrutura central da sociedade idealizada pelos participantes, a valorização do grupo e da solidariedade com os membros do grupo, e o comprometimento com uma mudança individual de modo a construir um modelo de cidadania a ser seguido, é possível hipotetizar que a demanda por igualdade pode estar sendo pensada enquanto um benefício para grupos específicos, e não para a sociedade como um todo. Desse modo, as considerações sobre a defesa de minorias, apresentadas como ações necessárias de serem adotadas pelo governo, podem ser interpretadas como uma atribuição da responsabilidade do governo e das instituições sociais sobre os cuidados com esses grupos, e não como uma responsabilidade individual. Essa interpretação dos resultados torna-se coerente quando se considera o período em que os dados foram coletados, no ano de 2013, e o projeto político que tem início a partir das eleições presidenciais de 2018.

As mobilizações de 2013 pareciam defender uma ideia de sociedade justa e igualitária, mas os resultados dessas mobilizações favoreceram o retorno ao autoritarismo e a defesa de valores conservadores. Ainda, a ideia de sociedade ideal, bem como as reflexões sobre as ações a nível individual e a nível governamental necessárias para atingi-la, foram construídas antes do

processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 2016. Desse modo, a defesa por justiça social deve ser entendida com ressalvas, uma vez que os resultados nos levam a pensar na defesa dos ideais e valores de grupos específicos, sobretudo quando se considera que o processo de *impeachment* trouxe uma mudança na orientação política do país, de um governo de esquerda, que defendia políticas afirmativas em prol de uma maior justiça social, para um governo de direita, com ênfase na liberdade do mercado e direitos individuais.

Merece destaque também a não verificação de uma relevância da idade ou do nível de escolaridade para a construção das classes, com exceção das classes mencionadas. Como verificado nos resultados da Escala de Simpatia Ideológica, todos os participantes apresentaram uma maior adesão aos valores igualitários e os resultados do Questionários sobre o Pensamento Social mostram a ancoragem das representações sociais nesses valores. No entanto, é possível que haja uma diferença no sentido atribuído a esses valores a partir das diferenças de idade e nível de escolaridade que não foram identificadas nas análises realizadas pelo Iramuteq. Apesar disso, confirma-se a pertinência dos resultados verificados uma vez que as análises realizadas por meio desse software não indicaram uma relevância dessas características para a construção das classes.

Ressalta-se que tanto nas representações sobre a sociedade ideal, como nas concepções sobre as ações que podem favorecer a construção dessa sociedade, verificou-se uma preocupação dos participantes com situações de preconceito contra homossexuais e negros. Esse resultado pode ser discutido de duas formas. Por um lado, pode expressar uma conscientização dos participantes sobre a importância de garantir que todas as pessoas tenham reconhecimento social e possam usufruir do direito à igualdade enquanto uma meta social legalmente estabelecida, sendo essa conscientização produto de políticas afirmativas e de inclusão e das ações de movimentos sociais que defendem essas pautas. Por outro lado, a menção à necessidade de promoção da igualdade como uma forma de combate ao preconceito e à discriminação pode ser produto da saliência de normas igualitárias, que indicam como as pessoas devem se expressar na sociedade para não serem vistas como preconceituosas (Lima, 2013). Levanta-se

assim a possibilidade de que as preocupações com relação a situações de preconceito e discriminação possam ser uma expressão da desejabilidade social dos participantes, e não um reflexo da consciência política.

Nesse sentido, ao considerar o papel das normas sociais igualitárias não apenas na forma como as pessoas expressam suas reflexões sobre o preconceito, mas como um fator que favorece a necessidade de aprovação social, destaca-se o fato de não ter sido avaliada a desejabilidade social dos participantes como uma das limitações desse estudo. Destaca-se ainda como limitações a impossibilidade de realizar análises separadas por grupos de idade e a ausência de uma análise sobre a identidade social dos participantes. Considera-se que as análises destas representações sociais por grupos de idade poderiam fornecer informações sobre como as pessoas que estão iniciando na vida política pensam sobre a sociedade ideal, e se tais reflexões são dissonantes ou não das reflexões daqueles que já possuem uma certa vivência política. Ainda, a análise da identidade social dos participantes poderia dar indícios sobre o porquê da ênfase em direitos sociais e defesa de grupos minoritários, nos permitindo conhecer se essas metas seriam parte de um plano social amplo ou se haveria uma defesa das metas endogrupais. Sugere-se, portanto, que em estudos futuros estas variáveis sejam consideradas para as análises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das limitações destacadas, ressalta-se que os resultados desse estudo corroboram a concepção de Elcheroth et al. (2011), de que a Abordagem Societal das Representações Sociais consiste em uma teoria que permite a investigação de reflexões políticas e de mudanças sociais, uma vez que possibilita a compreensão e a identificação do modo como as pessoas pensam sobre situações ou contextos políticos. Além disso, essa abordagem permite a identificação dos motivos e dos valores que podem orientar o engajamento e a participação política no sentido de promover as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade ideal.

REFERÊNCIAS

- Abreu, E. L. (2013). *A relação entre o pensamento moral da justiça e o pensamento moral do perdão*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. Repositório Institucional da UFPB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6917?locale=pt_BR
- Amnå, E. (2012). How is civic engagement developed over time? Emerging answers from a multidisciplinary field. *Journal of Adolescence*, 35(3), 611–627. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2012.04.011>
- Bobbio, N. (2004). *A Era dos Direitos* (5ª). Rio de Janeiro: Elsevier. <https://direitofma2010.files.wordpress.com/2010/05/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf>
- Borgida, E., Federico, C. M., & Sullivan, J. L. (2009). Introduction: normative conception of democratic citizenship and evolving empirical research. In E. Borgida, C. M. Federico, & J. L. Sullivan (Eds.), *The Political Psychology of Democratic Citizenship* (p. 388). Oslo: Oxford University Press.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2018). *Tutorial para uso do software Iramuteq*. Florianópolis. www.laccos.com.br
- Camino, C., Camino, L., Pereira, C., & Paz, M. (2004). Moral, direitos humanos e participação social. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 25–34. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v9n1/22378.pdf>
- Camino, C. P. S., Galvão, L. K. S., Quirino, G., Moraes, R., Roazzi, A., & Martin, W. L. B. (2007). Direitos humanos, atitude institucional e simpatia ideológica em universitários brasileiros. *Estudos de Psicologia*, 12(3), 199–211. Recuperado em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v12n3/a02v12n3.pdf>
- Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Neme, C., Ferreira, H., Coelho, D., ... Merian, F. (2018). *Atlas da Violência 2018*. Ipea e FBSP. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432

- Dagnino, E. (2004). ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*, 95–110. Recuperado de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/uploads/FTP-test/Venezuela/faces-ucv/uploads/20120723055520/Dagnino.pdf>
- Doise, W. (2002). *Direitos do Homem e Força das Ideias*. (M. de F. Rosado, Trans.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Doise, W., & Staerklé, C. (2002). *From Social to Political Psychology: The Societal Approach*. In K. Monroe (Ed.), *Political psychology* (pp. 151-172). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum. Recuperado de http://my.unil.ch/serval/document/bib_fb37693d6d39.pdf
- Doise, W., Staerklé, C., Clemence, A., & Savory, F. (1998). Human Rights and genevan youth: a developmental study of social representation. *Swiss Journal of Psychology*, 52(2), 86–100. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/232482228_Human_rights_and_Genevan_youth_A_developmental_study_of_social_representations
- Elcheroth, G., Doise, W., & Reicher, S. (2011). On the Knowledge of Politics and the Politics of Knowledge: How a Social Representations Approach Helps Us Rethink the Subject of Political Psychology. *Political Psychology*, 32(5), 729–758. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2011.00834.x>
- Emenda Constitucional 95.2016* (2016). Altera o Ato das Disposições Constitucionais, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm
- Fagundes, M. M., Zanella, M., & Torres, T. L. (2012). Teoria das representações sociais. *Psicologia: Teoria e Prática*, 14(1), 55–69. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v14n1/v14n1a05.pdf>

- Georges, R. & Maia, K. (2017). *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. Recuperado de <https://oxfam.org.br/publicacao/a-distancia-que-nos-une-um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/>
- Haste, H., & Hogan, A. (2006). Beyond conventional civic participation, beyond the moral-political divide: young people and contemporary debates about citizenship. *Journal of Moral Education*, 35(4), 473–493. <https://doi.org/10.1080/03057240601012238>
- Haste, H. (2004). Constructing the citizen. *Political Behavior*, 3(25), 413–439. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2004.00378.x>
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on Moral Development. The Psychology of Moral Development: The Nature and Validity of Moral Stages*. San Francisco: Harper & Row.
- Krein, J. D. (2018). O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. *Revista de Sociologia Da USP*, 30(1), 77–104. <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/138082/138676>
- Kruger, H. (2011). Ideologias, sistemas de crenças e atitudes. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Eds.), *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 171–124). Brasília, DF: TechnoPolitik Editora.
- Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017*. (2017). Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação à nova. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm
- Lima, M. E. O. (2013). Preconceito. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Eds.), *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 587–640). Brasília, DF: TechnoPolitik.

- Moreira, P. L. & Rique, J. (2019). Julgamento moral e posicionamento político-ideológico de jovens brasileiros. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(1), 54–67. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i1p.54-67>
- Muylaert, M. A., Vian, J. E., & Silva, J. R. B. (2016). Espaço público, mídias alternativas e subjetividade - A transformação que vem das ruas. In *Psicologia, políticas e movimentos sociais* (pp. 173–190). Petrópolis: Editora Vozes.
- Oliveira, Á. M. (2006). Educação Moral e Educação para a Cidadania. *Educação: teoria e prática*, 15(27), 139-139. Recuperado de: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/700/608>
- Pereira, C. & Camino, L. (2003). Representações sociais, envolvimento nos Direitos Humanos e ideologia política em estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 447–460. <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a04.pdf>
- Piaget, J. (1965). *Sociological Studies* [Estudos Sociológicos]. (L. Smith, Ed., T. Brown, R. Campbell, N. Emler, M. Ferrari, R. Kitchener, W. Mays, ... L. Smith, Trans.). New York: Routledge.
- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. Grupo Editorial Summus.
- Pinto, C. R. J. (2017). A Trajetória Discursiva das Manifestações de Rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (100), 119–153. <https://doi.org/10.1590/0102-119153/100>
- Proposta de Emenda à Constituição nº 6 de 2019 – Reforma da Previdência*. (2019). Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Recuperado de: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>
- Queiroz, P., Camino, C., Feitosa, I., Santos, M., & Paz, M. (2011). Representações Sociais da justiça construída por adolescentes de diferentes contextos sociais. *Revista Interamericana de Psicología*, 45(3), 457–468. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000100008>.

- Rique, J., Lima, T. J. S., Nóbrega, C. B., Andrade, C. C. M., & Alencar, C. C. G. (2009). Questões Sociais e Engajamento dos Jovens na Vida Sociopolítica. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 2(2), 141–150. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202009000200009&lng=pt&nrm=iso
- Rosenberg, S. (1988). *Reason, Ideology and Politics* [Razão, Ideologia e Política]. Abingdon, Oxon: Polity Press.
- Scherer-Warren, I. (2014). Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, 27(71), 417–429. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792014000200012>
- Selman, R. L. (1971). The relation of role taking to the development of moral judgment in children. *Child Development*, 42(1), 79–91. Recuperado em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/5549516>
- Sen, A. (2011). *A ideia de Justiça*. (D. Bottmann & R. D. Mendes, Trans.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Shimizu, A. de M. & Menin, M. S. D. S. (2004). Representações sociais de lei, justiça e injustiça: uma pesquisa com jovens argentinos e brasileiros utilizando a técnica de evocação livre de palavras. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(2), 239–247. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2004000200005>
- Valentim, J. P. (2014). Que futuro para as representações sociais? *Psicologia e Saber Social*, 2(2), 158–166.

Recebido em 30/01/2021

Aceito em 10/10/2022